

ATO PGJ N. 0089/2024

Prorroga cessões de servidores ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica e Operacional firmado entre esta Procuradoria-Geral de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que regulamenta a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n. 8902/2024 – PRESIDÊNCIA/ASPRE, da lavra da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, protocolizado sob o n. 07010728596202411,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, até 31 de dezembro de 2025, as cessões dos servidores abaixo relacionados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com ônus para o Órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev-TO), de parcelas referentes às pessoas físicas e jurídicas.

| NOME | MATRÍCULA |
|--------------------------------------|------------------|
| ADRIANA REIS DUTRA | 110311 |
| CARLOS CARDOSO JÚNIOR | 1489 |
| ILKA BORGES DA SILVA MAGALHÃES | 70607 |
| KAREN CRISTINA DE MELO E BARROS | 75307 |
| LEANDRO DE ASSIS REIS | 121113 |
| ROBERTA MARTINS SOARES MACIEL ISMAEL | 93008 |
| VIVIANE TRIVELATO DE QUEIROZ | 65207 |

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

2024. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 1º de outubro de

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

Assinaturas do documento



Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)
Na data: 02/10/2024 às 10:39:46
SIGN: b2e05e75675bd31ee99025e8541e2bd0fb7c282d
URL: <https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/b2e05e75675bd31ee99025e8541e2bd0fb7c282d>

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no âmbito do **Ministério Público do Estado do Tocantins**, segundo o **Ato 071/2012 da PGJ**.